

MINISTERIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nr. 10875/002.354/92-17

Sessão de : 18 de novembro de 1993

ACORDAO Nr. 103-14.379

Recurso nr: 78.576 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - EX: DE 1989

Recorrente : DISTRIBUIDORA ARMENIO AREIA E PEDRAS LTDA

Recorrida : DRF EM GUARULHOS - SP

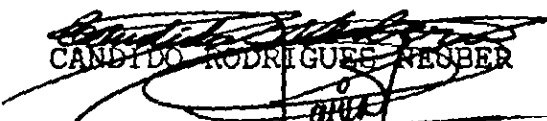
ACAS

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. O disposto no artigo 80. da Lei nr. 7.689/88, fere o princípio constitucional da irretroatividade das leis tributárias, conforme declarado pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal (RE 146.733-9-SP)  
Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por DISTRIBUIDORA ARMENIO AREIA E PEDRAS LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

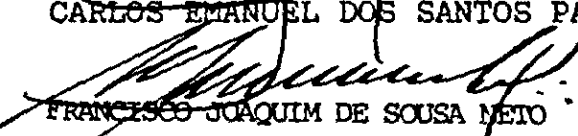
Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1993

  
CANDIDO RODRIGUES NESHER

- PRESIDENTE

  
CARLOS EMANUEL DOS SANTOS PAIVA

- RELATOR

VISTO EM  FRANCISCO JOAQUIM DE SOUSA NETO

- PROCURADOR DA FA  
ZENDA NACIONAL

SESSAO DE: 11 NOV 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: JOSE ROBERTO MOREIRA DE MELO, SONIA NACINOVIC, VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE, CLOVIS ARMANDO LEMOS CARNEIRO e RUBENS MACHADO DA SILVA (SUPLENTE CONVOCADO).



Processo nr. 10875/002.354/92-17

Recurso nr: 78.576

Acórdão nr: 103-14.379

Recorrente : DISTRIBUIDORA ARMENIO AREIA E PEDRAS LTDA

## R E L A T O R I O E V O T O

Conselheiro CARLOS EMANUEL DOS SANTOS PAIVA, Relator:

Trata-se de recurso voluntário, interposto, tempestivamente, 30/04/93, contra a Decisão de fls. 27/28, que manteve o lançamento de fls. 17/18, o qual objetiva a cobrança da Contribuição Social, instituída pela Lei nr. 7.689, de 15 de dezembro de 1988, relativamente ao exercício de 1989.

De plano, impõe-se suscitar a questão relativa a inconstitucionalidade do dispositivo legal que dá esteio ao lançamento em apreço, relativamente àquele exercício, qual seja, o artigo 8o. da Lei nr. 7.689/88.

Com efeito, a jurisprudência torrencial deste Colegiado, sedimentada por anos consecutivos, tem sido no sentido de refutar arguições dessa natureza, em relação a atos legais aprovados em consonância com o processo legislativo preconizado no próprio Estatuto Político da Nação, no pressuposto de que a competência para apreciação de pleitos dessa espécie é reservada aos órgãos do Poder Judiciário.

Todavia, no presente caso, persistir nessa postura implicaria autêntico desserviço à União, com graves danos ao interesse público, eis que, como é cediço, a cobrança da contribuição social sobre o lucro apurado no balanço encerrado no ano de 1988, foi declarada, pelo Supremo Tribunal Federal, ofensiva ao princípio da irretroatividade das leis tributárias, consagrado no artigo 150, inciso III, alínea "a" da Norma Fundamental, pois, como enfatizou o eminente Mi-



Processo nr. 10875/002.354/91-17

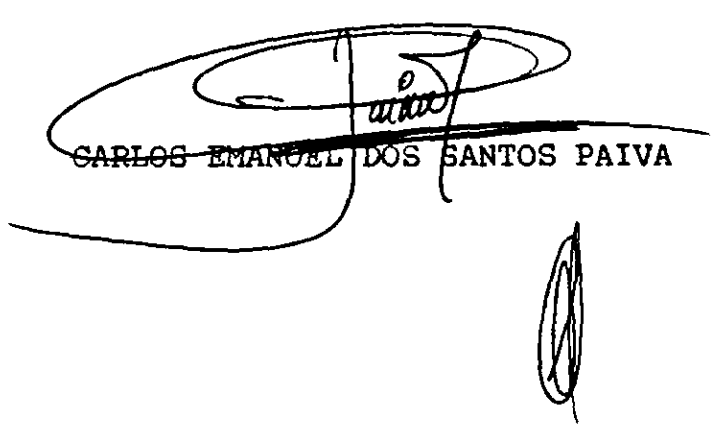
Acórdão nr. 103-14.379

nistro Moreira Alves, relator do acórdão paradigma a respeito da matéria (RE.146.733-9-SP), a Lei nr. 7.689/88, quer pelas regras prescritas no artigo 195, par. 6o. da Constituição Federal, quer por efeito do comando inserto no artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT, somente passou a vigorar no ano de 1989.

Em vista da irreversibilidade desse entendimento, porque resultante da convicção unanimemente manifestada em Sessão Plenária pelos Ministros daquela Corte, revela-se de toda conveniência que este Tribunal Administrativo adote igual conclusão, prevevenindo o acréscimo de custos que advirão do prosseguimento deste processo, sem qualquer proveito para a Fazenda Pública.

A vista do exposto, voto no sentido de se reconhecer a insubsistência do procedimento fiscal, em decorrência da inconstitucionalidade do artigo 8o. da Lei nr. 7.689/88, nos termos do entendimento esposado pelo Pretório Excelso.

Brasília-DF., em 18 de novembro de 1993

  
CARLOS EMANUEL DOS SANTOS PAIVA - RELATOR